

José Carlos afirma que agora sente-se “aliviado”

CORRUPÇÃO

Da cela da Superintendência da Polícia Federal do DF, onde continua detido, o ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos, que denunciou o esquema de corrupção no Orçamento, disse ontem que o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) não apenas sabia da existência do esquema de corrupção, como participava de seu comando. Calmo, José Carlos passou a manhã assistindo à transmissão da leitura do relatório da CPI do Orçamento. Em entrevista à Agência Estado ele confirmou o envolvimento de todos os parlamentares cujos nomes constam da lista de cassação, mas não quis dizer quem estava faltando. Para o ex-assessor, o momento não é de alegria, mas de tristeza. “Isso eu digo tanto no plano individual meu, como também para a sociedade”, acrescentou. José Carlos afirmou porém, que com a citação e recomendação de cassação de 18 parlamentares sente-se agora “aliviado”.

AGÊNCIA ESTADO — Quem está faltando na lista de cassações?

José Carlos Alves dos Santos — Não sei. Não é a mim que cabe dizer quem está faltando. Eu tenho uma convicção muito grande em relação aos nomes que falei e sobre o que falei. De uma maneira geral todos tinham conhecimento pelo menos do esquema de subvenção. Se recebiam dinheiro ou não, é outra coisa. Esses nomes da lista de cassação, estão, sem dúvida nenhuma, envolvidos. A maioria no esquema geral das fraudes, alguns poucos tinham seu esquema particular.

AE — Alguns nomes ficaram fora, como o do deputado José Carlos Aleluia, o que o senhor pensa a respeito?

José Carlos — O deputado Aleluia é mais recente, só participei com ele de um orçamento, ele era um dos membros da “tropa de choque” do Fiuza, era muito próximo a ele. Não vi nunca nada de muito específico contra ele, a não ser “fumaça”, vamos dizer assim.

Quanto ao deputado José Luiz Maia?

Também. Desde o início da

Comissão de Orçamento depois da Constituinte.

Em relação ao chamado grupo Sarney?

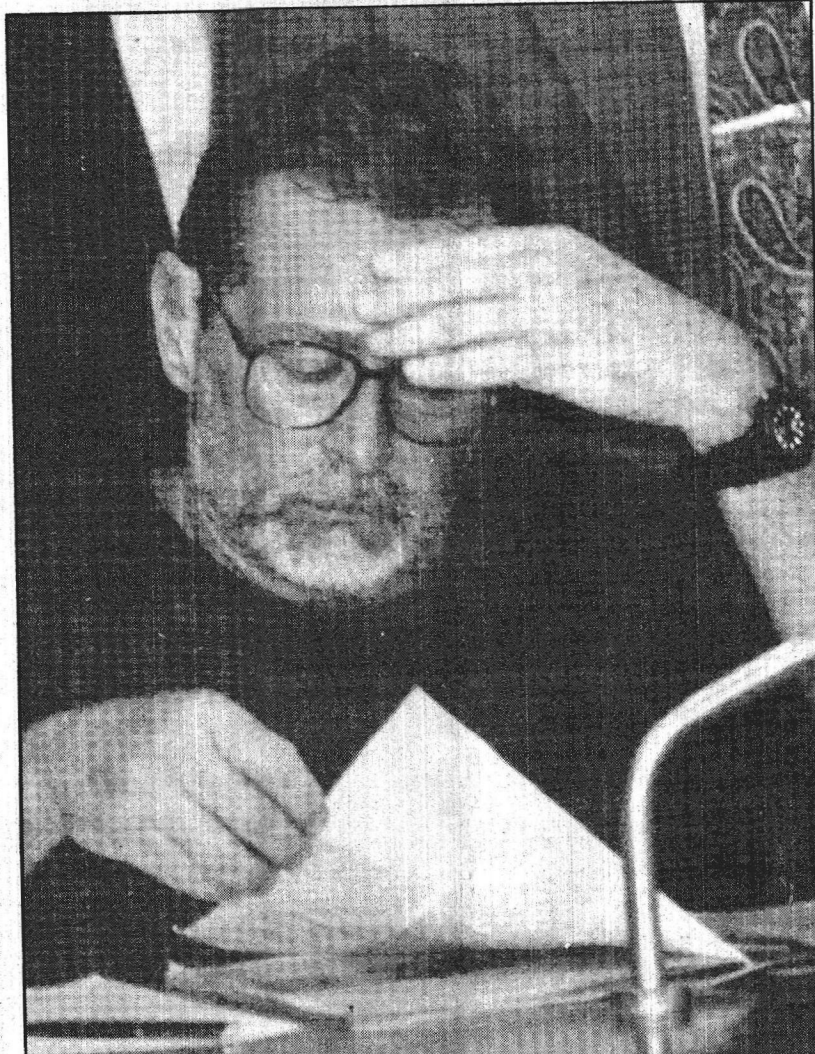
Esses não participavam muito da comissão. Não sei. Pelo que vi na imprensa, acho que deviam ter apurado tudo, mas existe ainda a CPI das Empreiteiras, que deve continuar o processo e se espera que o façam com consciência, sem corporativismo.

A influência do deputado Ibsen Pinheiro era grande?

Muito. Na troca do diretor da Câmara, foi Ibsen quem indicou o novo diretor, assessorado pelo João Alves. O deputado João Alves era indicado como relator por um acerto de lideranças entre o PFL e o PMDB e o Ibsen era líder do PMDB. Depois que foi para a presidência da Câmara, com o Genebaldo líder, era Ibsen que tinha aquele poder todo de comando.

O senhor acredita que ele participava do comando das fraudes?

Participava, com certeza. Sabia de tudo. O Genebaldo era pessoa de confiança dele. O Cid Carvalho também. Era o mesmo gru-



O economista José Carlos não revelou quem falta na relação

po, um grupo fechado no PMDB. E com ligações óbvias com João Alves.

O deputado Ricardo Fiuza também?

O que eu tenho dito é que ele está absolutamente envolvido. Eu disse no primeiro momento que deviam ter pego os documentos originais no Ministério da Ação Social. Posteriormente, dia 5 de dezembro, mandei um expediente para a CPI que o senador Jarbas Passarinho encaminhava ao deputado Roberto Magalhães e que não chegou à subcomissão de subvenções, em que eu explicava que se pegassem os docu-

mentos originais era só o caso de fazer perícias, que comprovassem o que eu estava falando. Esses documentos originais não foram buscados e as perícias não foram feitas. Uma perícia técnica mostraria que esse número aqui foi escrito a lápis e está apagado, que outro foi escrito com a mesma caneta no mesmo dia. Não se fez isso, não sei por que razão. O deputado Fiuza sofismou muito. Eu entendo a situação dele de negar. É uma posição normal do ser humano. Agora, se apuraram ou não apuraram, isso não é mais da minha competência. O que eu tinha que fazer, fiz.

Geraldo Magela